

Opinião

PAULA
FRANCO

Uma proposta ao encontro dos pressupostos institucionais

Tendo como missão regular e reforçar o interesse público da profissão de contabilista certificado, a Ordem dos Contabilistas Certificados, com 69.849 membros, dos quais 38.082 são mulheres e 31.767 homens, é um braço do Estado. Enquanto pessoa coletiva de direito público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de Contabilista Certificado, rege-se pelo seu Estatuto e regulamentos, pelo regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais e demais legislação aplicável. Competência, confiança, excelência, integridade, lealdade, rigor, sustentabilidade, transparência e responsabilidade social, são estes os valores de uma instituição que enquanto pessoa coletiva de interesse público, atua com respeito absoluto pelos mais elevados padrões e valores éticos. Nesse contexto, a OCC disponibiliza a todo o momento toda a informação relativa às suas políticas estratégicas, estados financeiros, ações disciplinares, modelos formativos e demais pastas que sejam do interesse não só dos contabilistas certificados como da sociedade em geral. Ao presente, a Ordem apoia anualmente os seus membros com 135.315 esclarecimentos técnicos na área da fiscalidade e contabilidade, tem 509 processos disciplinares em curso, disponibiliza formação a 749.953 formandos, conta com 8.084.940 acessos ao seu site e apresenta uma solidez financeira ímpar. Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e afirmando o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal e profissional contínuo. Conforme os mais variados estudos internacionais, 500 novos contabilistas certificados por cada milhão de habitantes, correspondem a um aumento de 10 euros no PIB per capita, a mais 9,8% de exportações; mais 34,3% de investimento estran-

geiro; mais 0,4% na qualidade da educação; mais 1,3% na qualidade da saúde e, finalmente, mais 27,9% na arrecadação fiscal. É nos contabilistas certificados que está assente todo o modelo económico e social do nosso país. Sem contabilistas certificados, teremos mais fraude e evasão fiscal, menos transparência, menos justiça social e mais incumprimento fiscal. Foi com estes pressupostos e com o objetivo de defender o interesse público da profissão e consequentemente defender a nossa economia e sociedade civil, que a Ordem dos Contabilistas Certificados trabalhou ao longo de meses com o Governo na elaboração da proposta de alteração do seu Estatuto. Sem demagógicas, ideológicas políticas e sempre com independência, imparcialidade e rigor, trabalhamos cientes dos propósitos adjacentes à mudança do diploma por parte do Governo, com a certeza de que alguns desses pressupostos eram positivos e que reforçam o interesse público da instituição, da profissão e dos seus membros. Num processo conduzido com desnecessários entraves e obstáculos, mas que ainda assim avaliamos como globalmente positivo, em que a Ordem e a sua tutela (Ministério das Finanças através da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais) trabalharam de forma construtiva e colaborativa, sentimos que a proposta agora em discussão na Assembleia da República entende o preponderante papel dos contabilistas certificados na nossa economia e sociedade e nesse sentido, concretiza um conjunto de medidas que acreditamos poderá ajudar o nosso país. O regulador, Ordem dos Contabilistas Certificados, como instituição que se foca apenas no interesse público e regulação da profissão, acredita que a presente proposta legislativa vai ao encontro das suas finalidades, missão e objetivos institucionais.

Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

Opinião

ANA RITA
CAVACO

A lei da (des)ordem!

O governo não quer, nem nunca quis, discussão! De todas as propostas que apresentámos e de todas as reuniões que tivemos com o Ministério da Saúde resultou uma "mão cheia de nada". Se o que está aqui em causa é a regulamentação do acesso à profissão, então a Ordem dos Enfermeiros podia ter passado ao lado de toda esta polémica. Aos enfermeiros, ao contrário de outras profissões reguladas, não se exigem estágios nem exames de acesso. Os enfermeiros, ao contrário de médicos e farmacêuticos, ainda pagam a especialidade do seu bolso. Da parte que nos toca, cumpríamos todas as exigências feitas por Bruxelas. Mas o Governo não resistiu à oportunidade de tentar calar as vozes incómodas das Ordens Profissionais e colocá-las reféns do poder político. Viu aqui uma porta aberta para colocar uma espécie de "polícia política", disfarçada de órgão de supervisão, composta por pessoas externas à profissão, sem nenhum conhecimento para tomarem decisões sobre questões que desconhecem. Decisões que dizem respeito a uma profissão que tem uma especificidade técnica tão grande e tão complexa. Não é para qualquer um, é só para quem sabe. É por isso que, tantas vezes, os tribunais pedem peritos às Ordens para se pronunciarem sobre questões técnicas relativas ao exercício de funções dos seus profissionais. Somos livres e queremos continuar a sê-lo. Não dependemos do

orçamento do Estado nem recebemos um cêntimo do dinheiro dos contribuintes. Vamos a votos, os nossos dirigentes são eleitos, são escolhidos pelos seus pares. Temos legitimidade para fazer o nosso trabalho sem a ingerência do poder político. E isso incomoda! Incomoda-me que os ordenados dos membros deste órgão de supervisão sejam pagos pelos enfermeiros, através do pagamento das quotas à Ordem. Incomoda-me que o PS e o Governo estejam mais preocupados em meter o "bedelho onde não são chamados" em vez de tomarem medidas para aumentar salários, contratar enfermeiros e acabar com a fuga desenfreada para o estrangeiro. Não é a Ordem que impede os enfermeiros de trabalhar, é o Governo porque não os contrata. Quem dificulta o acesso à profissão é quem paga salários indignos e sujeita os enfermeiros a condições de trabalho desumanas. Mas o que interessa é que os enfermeiros tenham dinheiro para pagar os ordenados aos membros do órgão de supervisão, estejam quietos e calados. Esta lei serve apenas os interesses do PS e do Governo para controlar, calar e retirar poderes às Ordens. Ao fazê-lo, espera amansar uma boa parte da sociedade. Estamos muito longe de terminar esta discussão, a bem das pessoas e dos cuidados que prestamos.

Bastonária da Ordem dos Enfermeiros